

CURRÍCULO DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – DEDC/*Campus* XII: mediações e percepções no processo de materialização

ALESSANDRA DA SILVA REIS COSTA
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

SÔNIA MARIA ALVES DE OLIVEIRA REIS
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

RESUMO

Apresenta uma pesquisa de doutorado em andamento. Está situada no campo das políticas curriculares no âmbito da formação de professores para a Educação Básica. Tem por objetivo central, analisar Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia DEDC/*Campus* XII por meio da apreensão das mediações que interferem no processo de materialização do currículo, com base nos discursos dos sujeitos envolvidos (gestores, coordenadores, docentes, integrantes do NDE). Discute a coexistência do aparato legal que tem orientado a formação de professores da Educação Básica, as Diretrizes Curriculares Nacionais Resolução N° 02/2015 e a Resolução N° 02/2019. Sobre esta última normativa, estudiosos da área alertam para a tentativa real de padronização dos currículos dos cursos de licenciatura que buscam atender e alinhar-se a uma lógica neoliberal, imputando, entre outros conceitos, a ideia de habilidades e competências em lugar da autonomia e criticidade. Aborda os referenciais teóricos para a análise de políticas curriculares por de Stephen Ball e Richard Bowe e explicita a compreensão de currículo e de política curricular como uma prática discursiva. Ademais, apresenta os referenciais teórico-metodológicos que respaldam a análise documental do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, a análise da legislação que orienta a formação de professores da Educação Básica, bem como a abordagem qualitativa de pesquisa que fundamenta a investigação e orientação para a imersão a campo para o acompanhamento da materialização da referida proposta curricular. Apresenta uma pesquisa de doutorado em andamento que está situada no campo das políticas curriculares no âmbito da formação de professores para a Educação Básica. Tem por objetivo central, analisar Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia DEDC/*Campus* XII por meio da apreensão das mediações que interferem no processo de materialização do currículo, com base nos discursos dos sujeitos envolvidos (gestores, coordenadores, docentes, integrantes do NDE). Discute a coexistência do aparato legal que tem orientado a formação de professores da Educação Básica, as Diretrizes Curriculares Nacionais Resolução N° 02/2015 e a Resolução N° 02/2019. Sobre esta última normativa, estudiosos da área alertam para a tentativa real de padronização dos currículos dos cursos de licenciatura que buscam atender e alinhar-se a uma lógica neoliberal, imputando, entre outros conceitos, a ideia de habilidades e competências em lugar da autonomia e criticidade. Aborda os referenciais teóricos para a análise de políticas curriculares por de Stephen Ball e Richard Bowe e explicita a compreensão de currículo e de política curricular como uma prática discursiva. Ademais, apresenta os referenciais teórico-metodológicos que respaldam a análise documental do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, a análise da legislação que orienta a formação de professores da Educação Básica, bem como a abordagem qualitativa de pesquisa que fundamenta a investigação e orientação para a imersão a campo para o acompanhamento da materialização da referida proposta curricular.

4960

Palavras-chave: Curso de Pedagogia. Diretrizes Curriculares Nacionais. Formação de Professores. Políticas Curriculares.

ABSTRACT

It presents ongoing doctoral research that is located in the field of curriculum policies within the scope of teacher training for Basic Education. Its central objective is to analyze the Pedagogical Project of the Pedagogy Course at the State University of Bahia DEDC/Campus XII through the apprehension of the mediations that interfere in the process of materializing the curriculum, based on the speeches of the subjects involved (managers, coordinators, teachers, members of the NDE). It discusses the coexistence of the legal apparatus that has guided the training of Basic Education teachers, the National Curricular Guidelines Resolution No. 02/2015 and Resolution No. 02/2019. Regarding this last regulation, scholars in the area warn about the real attempt to standardize the curricula of undergraduate courses that seek to meet and align with a neoliberal logic, imputing, among other concepts, the idea of skills and competencies instead of autonomy and criticality. It addresses the theoretical references for the analysis of curriculum policies by Stephen Ball and Richard Bowe and explains the understanding of curriculum and curriculum policy as a discursive practice. Furthermore, it presents the theoretical-methodological references that support the documentary analysis of the Pedagogical Project of the Pedagogy Course, the analysis of the legislation that guides the training of Basic Education teachers, as well as the qualitative research approach that supports the investigation and guidance for field immersion to monitor the materialization of the aforementioned curricular proposal.

Keywords: Pedagogy Course. National Curricular Guidelines. Teacher training. Curriculum Policies.

INTRODUÇÃO

4961

O campo da formação docente tem sido marcado, historicamente, em diferentes momentos históricos, pela influência de projetos mais amplos da sociedade que, nos últimos anos, têm sido marcados por mudanças que englobam um projeto de sociedade de cunho neoliberal, com defesa a redução das funções do estado como novo ordenador social, incentivo do livre mercado, remetendo a ideia de “auto-organização” da sociedade a partir de interesses corporativos, setoriais, particulares e solidários, Sheibe (2004).

Neste contexto, situamos os cursos de formação de professores, especificamente, os projetos dos cursos de Pedagogia, comumente atravessados por interesses políticos, ideológicos, mercadológicos, como aponta diversos teóricos e pesquisadores da área das políticas curriculares e formação docente, Hobold e Farias (2021), Diniz-Pereira (2021), Hypólito (2021).

Este estudo em fase inicial, parte da problematização do processo de redimensionamento curricular e materialização do atual Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia DEDC *Campus XII*, considerando o respaldo legal que o fundamenta e, nesse sentido, traz algumas indagações, a saber: Como os saberes

docentes aparecem nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), Resolução N° 02/2015 e na Resolução N° 02/2019, com destaque às aproximações e distanciamentos entre esses dois documentos? Ao considerarmos a reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da Uneb _ DEDC /*Campus XII*, como este abarca ou refuta as proposições posta pelas DCNs 02/2015 e 02/2019? Estas, dentre outras questões, à época do redimensionamento, nos conduziram a pensar essa reformulação curricular não apenas no aspecto formal, como também vislumbrando o contexto de sua materialização, problematizando seus efeitos e desdobramentos para a formação em Pedagogia.

É importante ressaltar que nas investigações em currículo, deve-se levar em consideração a sua dinamicidade, e não compreendê-lo como mero documento posto, estático, imutável (Silva, 2005). Nesta concepção, o fenômeno social e histórico, as práticas e demandas sociais, são incorporadas ao currículo que, nesse movimento, necessita ser constantemente avaliado, problematizado, ressignificado, reestruturado.

Acrescentamos a essa discussão, que o currículo destinado à formação de professores da Educação Básica tem passado por uma série de reformulações nas últimas décadas. Desde as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96), têm sido inúmeros os pareceres e resoluções que têm marcado o cotidiano das instituições de formação de professores, impondo às Instituições de Ensino Superior, o desafio de avaliar e reformular constantemente os currículos seus cursos. Nesta pesquisa, destacamos dois documentos, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, Resolução CNE/CP N° 2 de 01 de julho de 2015 e a Resolução CNE/CP N° 2, de 20 de dezembro de 2019, esta última, institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Pontua-se ainda, às aproximações e distanciamentos entre os dois documentos e a análise sobre como essas diretrizes abarcam o que se tem postulado no Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia (PPC) da Uneb _ DEDC /*Campus XII*.

Diante das determinações legais anteriormente citadas e dos desafios impostos ao que se estabelecem como diretrizes orientadoras (por vezes, perpassadas por viés ideológicos, marcadas por relações de poder, interesses mercadológicos, etc.), se faz pertinente somarmos aos estudos da área da formação docentes, dentre eles, (Hobold e Farias (2021), Diniz-Pereira (2021), Hypólito (2021), Dourado, 2015), no sentido de estarmos atentos às investidas atuais que, explicitamente, tendem ao esvaziamento dos cursos de formação de professores em seu caráter epistemológico e conseqüente risco de redução desses cursos à concepção de docentes

como meros técnicos de ensino. Assim, questiona-se ainda: “Quais interesses perpassam as atuais reformas educacionais e, conseqüentemente, as questões curriculares no âmbito da formação de professores?”. Este, dentre outros questionamentos já apontados nesse texto, contextualizam o problema de pesquisa deste estudo: Como tem ocorrido o processo de materialização do atual Projeto Pedagógico Curricular do curso de Pedagogia da UNEB_DEDC/*Campus* XII, a partir da apreensão das mediações que interferem na constituição e materialização do currículo, com base nas percepções e discursos dos sujeitos envolvidos (coordenação de colegiado, docentes, discentes, integrantes do NDE)?

Para perseguirmos a investigação a partir desse questionamento de pesquisa, traçamos os seguintes objetivos:

Objetivo geral:

_ Analisar a implantação e desenvolvimento do atual Projeto Pedagógico Curricular (PPC) do Curso de Pedagogia da Uneb DEDC/*Campus* XII, apreendendo as mediações que interferem na constituição e materialização do currículo, com base nos discursos dos sujeitos envolvidos (gestores, coordenadores, docentes, integrantes do NDE).

Objetivos específicos:

_ Aprofundar os estudos no campo do currículo, formação docente e políticas curriculares;

_ Discutir as DCNs 02/2015 e 02/2019, ressaltando as aproximações e distanciamentos na abordagem dada aos saberes docentes postos nas referidas diretrizes e como o PPC do Curso de Pedagogia abarca tais deliberações;

_ Identificar, junto aos docentes e discentes do Curso de Pedagogia da UNEB – DEDC/*Campus* XII, os saberes docentes e as práticas pedagógicas empreendidas para a materialização do currículo;

_ Analisar a materialização do atual currículo do curso, por meio da análise dos discursos dos sujeitos envolvidos (coordenadores de curso, docentes e discentes que ingressaram a partir de 2021).

A partir do exposto, julgamos importante contextualizar o processo de redimensionamento do PPC do curso de Pedagogia da UNEB/DEDC XII, ressaltando o aparato legal curricular para a formação de professores e professoras da Educação Básica. Pelas determinações das DCNs 02/2015, no Art. 22, os cursos de formação de professores que se encontram em funcionamento deverão se adaptar a esta resolução no prazo de dois anos, a contar da data de sua publicação. Diante dessa demanda de reformulação do currículo dos

cursos de formação de professores, a UNEB deu início no ano de 2015, ao processo de reestruturação curricular com a realização periódica do Encontro de Formação de Coordenadores de Colegiado (EnFoCo), assim, foram realizados um total de nove encontros e, dentre a questões e encaminhamentos, discutiu-se: flexibilização curricular, princípios de organização curricular, fortalecimento da graduação com a realização de reuniões periódicas com coordenadores de curso para discussões sobre as determinações das novas DCNs e reorganização dos currículos do curso de Pedagogia.

Outra medida da Uneb foi a criação do NDE, oficializado pela Portaria 1818 publicada Diário Oficial da União em 15 de outubro de 2015. Na UNEB/DEDC/*Campus* XII, em reunião departamental, realizada no dia 09/03/2016, homologou-se a composição do NDE que passou a realizar reuniões periódicas para pensar a reestruturação curricular. Dentre as atividades do NDE no DEDC/*Campus* XII, foi realizado de 15 a 17/12/2016 o “I Fórum de discussão sobre currículo”, com o objetivo o promover reflexões acerca de questões inerentes às Diretrizes Curriculares Nacionais 02/2015 para a Formação de Professores da Educação Básica, articuladas com as discussões sobre o currículo do curso de Pedagogia do Departamento de Educação _ *Campus* XII da Uneb. O evento teve a intenção de realizar uma avaliação do curso e utilizá-la como subsídio para a reformulação curricular.

Durante o processo de redimensionamento curricular, alguns desafios foram vivenciados, dentre eles: a característica da multicampia da instituição que marca a necessidade de atendimento quanto à diversidade regional do estado da Bahia e, com isso, o desafio de elaboração de uma proposta curricular que pudesse garantir o atendimento às especificidades dos cursos situados em diferentes regiões do Estado e, ao mesmo tempo, ser uma proposta que pudesse atribuir um caráter de unidade aos cursos de Pedagogia nos diferentes *campi*. Este aspecto, no processo do redimensionamento curricular demandou tempo para discussões, amadurecimento dessa desafiadora questão e encaminhamentos. Para tanto, o NDE do curso de Pedagogia DEDC/*Campus* XII participou de grupos de trabalhos específicos do curso e fóruns de desenvolvimento curricular na universidade.

Após a conclusão do redimensionamento em 2019, o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, foi aprovado pela Resolução nº 2.131/2021 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da UNEB e posteriormente, foi implantado no ano de 2021, ainda no período em que a universidade ofertava o ensino remoto, devido às medidas de biossegurança, dada a pandemia da Covid-19.

Recentemente, o NDE trabalhou no projeto redimensionado com vistas ao reconhecimento do curso. Resultado desse trabalho coletivo, o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação da Bahia (CEE), sob Parecer nº 224/2023, publicado no Diário Oficial do Estado em 15 de julho de 2023.

Pelo exposto, ressaltamos a relevância deste estudo, uma vez que a pesquisa propõe uma análise do currículo do curso de Pedagogia da UNEB/DEDC *Campus XII*, com vistas ao acompanhamento de sua materialização junto aos sujeitos envolvidos. Nesse sentido, as questões propostas para este estudo são postas com a intenção contribuir com uma reflexão teórica e dos aspectos legais sobre as políticas curriculares no âmbito da formação de professores, além tecer discussões em torno dos desafios que uma reformulação curricular e a materialização de currículo nos impõem. Como se trata de uma pesquisa em andamento intenta-se que os resultados obtidos possam colaborar com os estudos no campo da formação de professores, em especial, no que se refere à análise da legislação e a organização curricular destinada a formação em Pedagogia. Espera-se que as análises realizadas permitam avaliar o projeto curricular em curso na Uneb – DEDC/*Campus XII*, acompanhando a sua materialização, com vista a qualificar a formação docente em Pedagogia ofertada nesta universidade.

4965

APONTAMENTOS TEÓRICOS NA PESQUISA EM POLÍTICAS CURRICULARES E DE FORMAÇÃO DOCENTE

Como sinalizamos nas palavras introdutórias desse texto, os cursos de formação de professores e professoras historicamente são “atravessado por projetos políticos, ideológicos, curriculares e pedagógicos em permanente tensão histórica [...]” na constituição de seu projeto de formativos, como discute Hobold e Farias (2021, p.1).

No caso do curso de Pedagogia, essas disputas históricas se agravam no contexto atual com a criação de uma Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) – Resolução CNE/CP Nº 02/2019 – que substitui as diretrizes curriculares nacionais instituídas pela Resolução Nº 02/2015. Estudiosos da área (Diniz-Pereira, 2021; Hypólito, 2021; Simionato e Hobold, 2021) alertam para a tentativa real de padronização dos currículos dos cursos de licenciatura que buscam atender e alinhar-se à lógica neoliberal. Para Simionato e Hobold (2021), o projeto atual da formação de professores/as busca padronizar para controlar. Argumentam que a Resolução CNE/CP Nº 02/2019 não é uma normativa isolada, mas faz parte de um conjunto de legislações de cunho

reformista que inverte a lógica da formação docente, definem como os/as professores/as devem agir, quais problemas práticos devem resolver, quais metodologias e conteúdos devem aprender para ministrar. Ressaltam que “a noção de competência profissional docente de viés neoliberal contida na “BNC-Formação” traz dimensões que retomam o tecnicismo, subsumindo conceitos como autonomia e criticidade ao longo do texto da normativa” (Simionato e Hobold, 2021, p. 6).

Temos com isso, uma nova tentativa de padronização dos currículos de formação de professores da Educação Básica, consequência de um emaranhado de medidas de cunho neoliberal para a educação em âmbito geral, tendo o seu nascedouro, como contextualiza Diniz-Pereira (2021), em um contexto político pós-golpe de 2016, que teve início com o afastamento da presidenta Dilma Rousseff, por meio de um movimento golpista de caráter conservador, midiático, consolidado pelas eleições presidenciais de 2018, que, à época, instalou a extrema direita no país.

Nesse contexto, uma onda de medidas de cunho neoliberal tem afetado educação, desde a aprovação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) em 2017, a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio em 2018 às investidas nos projetos de formação de professores. Com isso, as Instituições de Educação Superior têm sido impelidas a alinharem os seus currículos aos interesses do contexto político e econômico, por meio da imposição de uma Base Nacional Comum para a Formação de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), instituída pela Resolução nº 02/2019 do Conselho Nacional de Educação – Conselho Pleno (CNE/CP), em contraposição às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), instituídas pela Resolução CNE/CP 02/2015, que ainda se encontrava em processo de materialização.

Atualmente, temos organizada uma Frente Nacional pela Revogação das Resoluções CNE/CP 02/2019 e 01/2020 e retomada da Resolução 02/2015, com a criação de uma proposta direcionada ao Ministério da Educação, também por meio de consulta popular via site Brasil Participativo, resultado do resgate da democracia em nosso país. Diversas entidades e associações de pesquisa da área da formação docente defendem a revogação da Resolução 02/2019, pois a considera um ataque à autonomia das universidades, uma vez que está fundamentada em uma concepção neoliberal que ameaça a instituição pública e representa um retrocesso na formação de professores. No entanto, cabe pontuar que esse enfrentamento tem se deparado com as insistentes investidas de grupos que defendem a BNC-Formação, a exemplo, iniciamos o ano com a publicação da Resolução CNE/CP Nº 1, de 02 de janeiro de 2024, que altera o Art. 27 da Resolução CNE/CP 02/2019, fixando um novo prazo em

2019, para que as Instituições de Educação Superior (IES) possam alinhar os cursos de formação de professores a esta resolução. Um cenário assustador e que nos desafia constantemente a estarmos atentos e nos fazer resistência por meio de nossa prática docente, da pesquisa, diálogos e debates com os sujeitos envolvidos.

No tocante ao processo de reestruturação curricular, afirmamos que o Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia da Uneb DEDC/XII, ao adotar como referência as Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas pela Resolução CNE/CP N° 02/2015, pode ser considerado um aparato de resistência, junto à intensa mobilização da área como, por exemplo, das associações (ANFOPE, 2020; ANPED, 2019), que têm se manifestado contrárias a uma reformulação das diretrizes de formação docente alinhadas aos modelos de competência socioemocional que sustentam a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), (Brasil, 2017). Nesse sentido, defendemos que esta pesquisa ao tratar do acompanhamento e análise da materialização do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da UNEB DEDC/*Campus* XII, pode ser considerada um movimento de (re) existência, que se traduz nas opções teóricas, metodológicas e conceituais que respaldam o atual projeto do curso.

A pesquisa possui sustentação teórica em diversos pesquisadores/as do campo do currículo e políticas de formação docente, (Lopes e Macedo, 2013; Lopes, 2011, 2004; Mainardes, 2006; Silva, 2010, 2005; Soares, 2013; Pacheco, 2003). Nesse sentido, faz-se necessário explicitar algumas questões teóricas e conceituais que norteiam a investigação, desde a compreensão de currículo, tendências nas investigações da área de políticas curriculares, entre outras discussões pertinentes ao tema.

De acordo com Lopes e Macedo (2011), o campo das políticas curriculares carece de investigações. As autoras destacam que são recentes os registros de pesquisas nessa área, identificados a partir das décadas de 1980 na Inglaterra e nos Estados Unidos e no Brasil em 1990. É importante ressaltar que as investigações em políticas curriculares, historicamente, centram-se, em sua maioria, na avaliação e análise de documento formais, oficiais, legislações, entendendo a política como um guia para a prática, tendência que predominou nas análises das políticas curriculares até a década de 1970. Nessa concepção, as análises da política curricular privilegiam um enfoque estrutural, em que o produto, as determinações muitas vezes verticalizadas assumem a centralidade, em vez de se considerar também a análise do processo de produção dessas políticas que, invariavelmente, são permeadas por conflitos, relações de poder tanto em nível dos micropoderes quanto das determinações mais amplas. Essa última

tendência, caracteriza-se por uma influência pós-estruturalista, com enfoque mais discursivo e contextual.

Nessa perspectiva, destacamos a intrínseca relação entre saber, conhecimento e poder inerentes às questões curriculares. Foucault *apud* Silva (2005, p. 120), não concebe saber que não seja imbricado de relações de poder, sendo que o contrário também é válido, não existindo poder que prescindia ou não utilize o saber. Nesta relação, implica considerar fatores sociais, políticos, econômicos e subjetividades na organização e desenvolvimento de uma política curricular. Temos então, que

O currículo é um dos espaços centrais dessa construção. Aqui se entrecruzam práticas de significação, de identidade social e de poder. É por isso que o currículo está no centro dos atuais projetos de reforma social e educacional. Aqui se travam lutas decisivas por hegemonia, por predomínio, por definição e pelo domínio do processo de significação. Como política curricular, como macrodiscurso, o currículo tanto expressa visões e significados do projeto dominante quanto ajuda a reforçá-las, a dar-lhes legitimidade e autoridade. Como microtexto, como prática de significação em sala de aula, o currículo tanto expressa essas visões e significados quanto contribui para formar as identidades sociais que lhes são convenientes. (Silva, 2010, p. 29).

Essa compreensão de currículo e de política curricular como uma prática discursiva apresenta-se como uma estratégia teórico-metodológica para as análises nesse campo de pesquisa. Acrescento a essa alternativa, o enfoque teórico-metodológico desenvolvido por Stephen Ball (*apud* Mainardes, 2006), e incorporado ao campo do currículo no Brasil, amplamente conhecido como *abordagem do ciclo contínuo de políticas*. Este enfoque traz um conjunto de análises que auxilia no tratamento da complexidade da análise das políticas curriculares como argumentam (Lopes, Cunha e Costa 2013),

4968

A potência da abordagem de Ball encontra-se no reconhecimento de que a circulação dos textos e discursos implica a circulação de ideias, concepções e valores dos atores sociais que atuam no campo da educação e, por isso, produzem a reinterpretação das políticas para além ou para aquém do que é suposto por quem escreve os textos e tenta por eles construir regras para as políticas. Os discursos das políticas atuam de forma coercitiva e tentam não apenas estabelecer os limites do que será lido nos diferentes textos políticos, mas tornar clara – supostamente inconfundível – toda proposta educativa. (Lopes, Cunha e Costa, 2013, p. 303).

Essa abordagem do ciclo contínuo de políticas, formulada por Stephen Ball e Richard Bowe, contempla a natureza complexa da política educacional e enfatiza a necessidade de abordar os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas em nível local. O autor argumenta que,

A abordagem do ciclo contínuo de políticas constitui-se num referencial analítico para a análise de programas e políticas educacionais e que essa abordagem permite a

análise críticas da trajetória de programas e políticas educacionais desde sua formulação inicial até a sua implementação no contexto da prática e seus efeitos. (Mainardes, 2006, p. 48).

São três os principais contextos da abordagem do ciclo contínuo de para análise de políticas educacionais, *o contexto de influência, o contexto de produção de texto e o contexto da prática*. Esses contextos estão inter-relacionados, e, nesta investigação, estes contextos auxiliarão na análise do processo de materialização do atual currículo do curso de Pedagogia da Uneb DEDC/XII, o entendimento de currículo aqui concebido como não linear e sequencial.

No *contexto de influência* tem-se o início da produção das políticas educacionais, esse contexto abriga os conflitos e disputas de interesses e influências dos grupos na definição das finalidades sociais das políticas educacional, culminando na produção dos textos políticos, com a intervenção dos grupos que atuam nos diferentes lugares do *contexto da produção de texto*, visando exercer controle nas representações dessas políticas.

Assim, as políticas educacionais são intervenções textuais, mas elas também carregam limitações materiais e possibilidades. As respostas a esses textos são vivenciadas no *contexto da prática*. Mainardes (2006, p. 53), afirma que é no contexto da prática “onde a política está sujeita a interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original”.

4969

Lopes (2004) pontua que o papel das instituições nas questões administrativas, entre outros aspectos interferem na prática, afirma ainda que as diferentes instituições com suas diferentes trajetórias, concepções pedagógicas e formas de organização, produzem diferentes vivências na materialização de um currículo e habilidades diversas nos modos de responder, favoravelmente ou não, às mudanças curriculares, reinterpretando-as.

Dessa forma, ressaltamos que, os princípios, as concepções e diretrizes que orientam o currículo em suas diferentes manifestações, considerando tanto o documento formal quanto as experiências por meio dele promovidas, além dos sentidos produzidos a partir dele, irão imprimir marcas de formação dos profissionais aos quais este currículo se destina.

Assim, a pesquisa desenvolve uma análise das mediações que interferem na constituição e materialização do currículo, será realizada a partir dos discursos dos sujeitos envolvidos, contextualizadas pela análise documental do PPC do curso de Pedagogia do DEDC *Campus XII* e problematização dos documentos oficiais de orientação curricular para a formação de professores, as DCNs 02/2015 e as DCNs 02/2019.

Reiteramos que em relação à criação de uma Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) – Resolução CNE/CP nº 02/2019

– que substitui as diretrizes curriculares nacionais instituídas pela Resolução nº 2/2015, diversos estudos já mencionados aqui, nos dizem dos riscos de uma padronização dos cursos de licenciatura em uma lógica neoliberal. Explicitamente, há uma tentativa de retomada ao caráter tecnicista na formação de professores como está posto na Resolução CNE/CP nº 02/2019, a abordagem à noção de competência profissional é um dos aspectos desse documento que podemos mencionar.

Nessa discussão, Soares (2013) nos diz do desafio da docência universitária, enquanto espaço de promoção de conhecimentos que integre subjetividades e culturas, conhecimento científico, tecnológico, artístico para a formação profissional, além de possibilitar ao estudante uma articulação teoria e prática, capaz de contribuir para a formação de profissionais críticos, reflexivos e autônomos. O desafio segundo a autora se dá ao passo que os profissionais estão cada vez mais submetidos à lógica do mercado, excessivamente tecnocrática, burocratizada e que reduz a autonomia dos profissionais. Com isso, o exercício de pensar e acompanhar a materialização dos currículos, observar as políticas destinadas à educação e à formação de professores, se torna demanda inadiável de nossa tarefa na docência universitária.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4970

Para apreensão das mediações que envolvem este estudo, cujo objetivo geral consiste em analisar o processo de materialização do PPC do Curso de Pedagogia da Uneb _ DEDC/Campus XII, apreendendo as mediações que interferem na constituição e materialização deste currículo, com base nos discursos dos sujeitos envolvidos (gestores, coordenadores, docentes, integrantes do NDE), será adotada a abordagem qualitativa de investigação.

Em uma pesquisa qualitativa, a preocupação é muito mais com o processo, do que com o produto, essa característica se aplica ao problema a ser investigado, pois envolve a participação de sujeitos envolvidos no processo de materialização do currículo do curso de Pedagogia da Uneb _ DEDC/Campus XII. Destacamos que esta abordagem considera o pesquisador como parte do campo de pesquisa e, sem prescindir da rigorosidade de científica, com isso, se estabelece um processo de comunicação entre pesquisador e pesquisados, num diálogo permanente, com o propósito de analisar como o problema se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas (González Rey, 2002).

A pesquisa tem como *locus* o DEDC/Campus XII da UNEB, e a produção de dados a partir da imersão no campo será realizada junto à coordenação de colegiado, membros do NDE, docentes e os discentes (estes últimos, ingressantes a partir de 2021) do curso de Pedagogia.

O Departamento de Educação / *Campus XII* da Uneb está localizado no município de Guanambi-BA, em uma região geográfica denominada, Território de Identidade Sertão Produtivo. O DEDC/*Campus XII* possui uma área de abrangência que vai além de todo o Território de Identidade Sertão Produtivo, atualmente agrega alunos de várias cidades do Sudoeste e de outros municípios da Bahia, bem como do Norte de Minas Gerais. Deste modo, o *Campus XII* tem formado profissionais para atuar na rede escolar, unidades de saúde, espaços não formais e empresas dessas regiões, oportunizando estudo e qualificação para uma ampla camada de estudantes da região, por meio de seus diferentes cursos (Pedagogia, Educação Física, Administração, Enfermagem e Direito).

Quanto aos procedimentos metodológicos para efetivar a pesquisa, será utilizada a análise documental que terá como instrumentos documentais, as DNCs Resolução CNE/CP 02/2015 a Resolução CNE/CP 02/2019, entre outros documentos legais que se fizerem necessário durante a investigação e o atual Projeto Político Pedagógico do curso de Pedagogia da UNEB_DEDC / *Campus XII*, documento principal da análise nesta pesquisa.

Para a apreensão das mediações que interferem na constituição e materialização do currículo, com base nos discursos dos sujeitos envolvidos (coordenadores/as de colegiado, docentes, integrantes do NDE) serão realizadas entrevistas semiestruturadas. A flexibilidade desse tipo de entrevista possibilita um contato mais íntimo entre o entrevistador e o entrevistados, contribuindo com a exploração profunda dos seus saberes, crenças, valores e representações como afirmam Laville e Dionne (1999). Além das entrevistas semiestruturadas, procederemos à realização de grupo focal com diferentes sujeitos envolvido na materialização do atual currículo do curso (coordenadores/as de colegiado do curso de Pedagogia, discentes). Devido às experiências com o cotidiano do curso de Pedagogia, vivenciadas em meio aos possíveis desafios, fragilidades e potencialidades na materialização do currículo em curso, estes sujeitos poderão, a partir da interação favorecida pelo grupo focal, expressarem-se e produzir sentidos sobre a materialização do currículo nesse contexto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou uma pesquisa de doutorado em andamento. Os estudos realizados nessa fase inicial foram empreendidos no sentido de respaldar teoricamente a construção do objeto de pesquisa, as perspectivas metodológicas e embasar as reflexões problematizadoras que culminaram nas questões de investigação.

Com isso, situamos a influência de um projeto de sociedade de características neoliberais, que têm afetado atualmente a educação de modo mais amplo e refletido nos cursos de formação de professores, que se encontram inseridos nessas disputas de projetos para a educação nacional, com destaque ao curso de Pedagogia, pontuando os atravessamentos de cunho político, ideológicos, mercadológicos que tem perpassado tais projetos.

Nesse sentido a pesquisa se propõe a analisar o currículo do curso de Pedagogia do Departamento de Educação DEDC/*Campus* XII/UNEB, apreendendo as mediações e identificando práticas pedagógicas no processo de materialização do atual Projeto Pedagógico Curricular do curso de Pedagogia da UNEB_*DEDC/Campus* XII, com base nas percepções e discursos dos sujeitos envolvidos (coordenação de colegiado, docentes, discentes, integrantes do NDE).

O texto evidenciou a coexistência de um aparato legal que tem orientado a formação de professores da Educação Básica, destacando, nesse sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), Resolução 02/2015 e na Resolução e 02/2019. Além disso, o texto explicitou compreensão de currículo e de política curricular como uma prática discursiva, abordando o *ciclo contínuo de políticas* por Stephen Ball e Richard Bowe, como estratégias teórico-metodológicas no desenvolvimento desta investigação, diante da complexidade da análise de políticas curriculares.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (Anped). **Posição da ANPED sobre a questão da Formação Inicial e Continuada de Professores e seu marco legal Resolução CNE/CP nº. 02, de 1 de julho de 2015, 2019.**

Disponível em:

https://anped.org.br/sites/default/files/images/cne_06maio_posicionamento_anped.pdf.

Acesso em: 12 set. 2021.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO. **Posicionamento das entidades nacionais sobre o Parecer e a Minuta de Resolução do CNE / CP 02/2019 que Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada).** 2020. Disponível em: <<http://www.anfope.org.br/anfope-e-entidades-nacionais-encaminham-ao-cne-posicionamento-conjunto-sobre-o-parecer-e-a-minuta-de-resolucao-do-cne-que-define-as-diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-formacao-continuada-de-pr0/>>. Acesso em 12 set. 2021.

BRASIL. **Lei 9394, de 20 de janeiro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>>. Acesso em 02 fev. de 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 2, de 01 de julho de 2015.** Institui Diretrizes Nacionais de Formação de Professores (curso de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada). Brasília, 2015. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>>. Acesso em: 02 fev. de 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica e Institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, 2019. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>>. Acesso em: 02 fev. de 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 2/2017.** Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular no âmbito da Educação Básica. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/53031-resolucoes-cp-2017>>. Acesso em: 02 fev. de 2024.

BRASIL, **Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020.** Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN12020.pdf?query=Educacao%20Ambiental>. Acesso em 02 de fev. 2024.

BRASIL, **Resolução CNE/CP Nº 1, DE 02 de janeiro de 2024.** Altera o Art. 27 da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Disponível em: <<https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2024/01/resolucao-cne-cp-n1-2-janeiro-2024.pdf>>. Acesso em 02 fev. de 2024.

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. Nova tentativa de padronização dos currículos dos cursos de licenciatura no Brasil: a BNC-formação. **Práxis Educacional**, [S. l.], v. 17, n. 46, p. 1-19, 2021. DOI: 10.22481/praxisedu.v17i46.8916. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8916>>. Acesso em: 10 out. 2021.

DOURADO, Luiz Fernandes. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica: concepções e desafios. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 36, nº. 131, p. 299-324, abr.-jun. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v36n131/1678-4626-es-36-131-00299.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETO, Elba Sirqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luiz. **Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios**. Trad. Marcel Aristides Ferrada Silva. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

HOBOLD, Márcia de Souza; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. Apresentação do dossiê temático formação de professores: projetos em disputa. **Práxis Educacional**, [S. l.], v. 17, n. 46, p. 1-8, 2021. Disponível em:

<<https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8912>>. Acesso em: 9 out. 2021.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Padronização curricular, padronização da formação docente: desafios da formação pós-BNCC. **Práxis Educacional**, [S. l.], v. 17, n. 46, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8915>. Acesso em: 8 out. 2021.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**. Trad. Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LOPES, Alice Casimiro. Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n. 26, p. 109-118, Mai. /Jun. /Jul. /Ago. 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n26/n26a08> >. Acesso em: 15 abr. 2022.

LOPES, Alice Casimiro; CUNHA, Erika Virgílio Rodrigues da; COSTA, Hugo Heleno Camilo. Da recontextualização à tradução: investigando políticas de currículo. **Currículo sem Fronteiras**, v. 27, n. 94, p. 392-410, set./dez. 2013. ISSN 1645-1384. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol13iss3articles/lopes-cunha-costa.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

4974

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teoria de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MACEDO, Roberto Sidnei. **A etnopesquisa crítica e multiferencial nas ciências humanas e na educação**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2004.

MAINARDES, Jefferson. Uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NGFTXWNtTvXyTcQHcJFyhsJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 jun. 2021.

PACHECO, José. **Políticas curriculares: referenciais para análises**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SCHEIBE, Leda. Diretrizes curriculares para o curso de pedagogia: trajetória longa e inconclusa. **Caderno de Pesquisa**, v. 37, n. 130, p. 43-62, jan./abr., 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n130/04.pdf> >. Acesso em: 13 jun. 2021.

_____. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo:** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SIMIONATO, Margareth Fadanelli; HOBOLD, Márcia de Souza. Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores: padronizar para controlar? **Práxis Educacional**, [S. l.], v. 17, n. 46, p. 1-17, 2021. DOI: 10.22481/praxisedu.v17i46.8917. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8917>. Acesso em: 8 out. 2021.

SOARES, Sandra Regina. A pesquisa como princípio formativo: experiência em uma disciplina na pós-graduação. In: SOARES, Sandra Regina *et al* (orgs.). Ensino para a autonomia: inovando a formação profissional. **Série Práxis e docência universitária.** Salvador: EDUNEB, 2013. Disponível em: http://www.saberaberto.uneb.br/bitstream/20.500.11896/2215/1/Colecao_Praxis_Vol_2.pdf. Acesso em: 15 set. 2022.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

UNEB. **Resolução nº 2.131/2021** aprova o Currículo Reformulado do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura. DEDC/*Campus XII* – Guanambi. Publicada no DOE de 14.04.2021, p. 19.

4975

AUTOR 1



ALESSANDRA DA SILVA REIS COSTA

Doutoranda e Mestre em Educação pelo PPGEd/UESB. Professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) _ *Campus XII*. Membro da Linha de Currículo e Formação Docente, vinculada ao Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire – Nepe/CNPq.

EMAIL: ascosta@uneb.br

LATTES:

https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=9BDD0B49A18EEF70AB497A7C460F6952#

AUTOR 2

SÔNIA MARIA ALVES DE OLIVEIRA REIS



Mestre e Doutora em Educação pela FaE/UFMG. Professora titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – *Campus XII*. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UESB) e do Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Docente (PPGEDuF/UNEB). É líder do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire – Nepe/CNPq.

EMAIL: smaoliveira@uneb.br

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/9391155498685665>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0129-0719>